



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Handwritten signature and initials

ATA Nº 2/2021

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE CASTELO BRANCO

DATA: 12/07/2021

Pelas 11:30 horas deu-se início à reunião, encontrando-se presentes o Exmo. Sr. Juiz Presidente Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro; a Exma. Sra. Dra. Lúcia Maria Reis de Moraes e Costa Matos Salbany, Magistrada do Ministério Público Coordenadora; a Exma. Sra. Administradora Judiciária Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa; o Exmo. Sr. Dr. João Manuel Rodrigues Mateus, representante dos Juizes da Comarca; a Exma. Sra. Dra. Sandra Gil Saraiva, representante da Ordem dos Advogados; o Exmo. Sr. Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, representante do Município do Fundão; o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Mateus Paulo Serra; o Exmo. Sr. Luís António Pinto de Almeida, representante dos Senhores Oficiais de Justiça da Comarca; e o Exmo. Sr. Luís Pereira Garra, representante para a área da economia; comigo, António Gonçalves, Oficial de Justiça no apoio aos Órgãos de Gestão da Comarca de Castelo Branco.

Não se encontravam presentes a Exma. Sra. Dra. Graça Farinha, Agente de Execução, representante da Ordem dos Solicitadores e o Exmo. Sr. Engº João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova.

Iniciada a reunião, o Sr. Juiz Presidente apresentou detalhadamente o relatório da Comarca referente ao primeiro semestre do ano de 2021.

Seguidamente, no uso da palavra, o Sr. Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos informou que, quanto à ata da última reunião, disse nada ter a opor, elogiando o relatório ora apresentado pelo detalhe, propondo ainda um maior detalhe quanto à pendência processual por Município, bem como relativamente aos obstáculos para acesso à Justiça, em face da deficitária rede de transportes existente na Comarca.

O Exmo. Sr. Juiz Presidente concordou com o ora proposto, contudo informou que tal se deveu por razões técnicas.

Seguidamente o Sr. Luís António Pinto de Almeida, no uso da palavra, disse nada ter a opor ao teor da ata. Relativamente ao relatório disse nada ter a apontar, referindo, contudo, a grave falta de Oficiais de Justiça existente na Comarca.

O Exmo. Sr. Juiz Presidente informou que, relativamente à falta de Oficiais de Justiça, aquando da elaboração do próximo relatório, irá solicitar à Exma. Sra. Administradora Judiciária um maior aprofundamento no apuramento das necessidades da Comarca, reforçando a necessidade do aumento do quadro dos Oficiais de Justiça.

A Exma. Sra. Magistrada do Ministério Público Coordenadora, no uso da palavra, louvou a metodologia da apresentação do relatório, solicitando ainda que na próxima reunião seja também apresentado o Relatório Anual do Ministério Público. Salientou ainda o défice de Srs. Magistrados do Ministério Público e de Oficiais de Justiça na Comarca.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Seguidamente o Sr. Dr. Joaquim Mateus Paulo Serra, no uso da palavra, disse nada ter à ata apresentada, elogiando a feitura e apresentação do relatório, realçando a importância da existência deste Órgão.

Página | 2

Seguidamente, a Sra. Dra. Sandra Gil Saraiva, no uso da palavra, enalteceu o relatório do Conselho de Gestão, votando favoravelmente o teor da ata e relatório apresentados. Reforçou a necessidade de instalação condigna do Juízo do Trabalho da Covilhã, bem como a saída da Conservatória do local em que se encontra, a fim de proporcionar maior espaço físico ao Juízo de Família e Menores daquele Núcleo.

O Exmo. Sr. Juiz Presidente informou que a mudança do Juízo do Trabalho da Covilhã para a antiga casa de função, apesar de alguma evolução, está pendente entre o IGFEJ e a Câmara Municipal da Covilhã.

Seguidamente o Sr. Dr. João Manuel Rodrigues Mateus, no uso da palavra, elogiou a feitura do relatório nada tendo a salientar.

Em seguida, no uso da palavra, o Sr. Luís Pereira Garra elogiou o relatório, nada tendo a opor, reforçando a necessidade da transferência do Juízo do Trabalho para a antiga Casa de Função dos Srs. Magistrados, sugerindo que o Conselho Consultivo tome posição junto do Ministério da Justiça.

Seguidamente, a Exma. Sra. Administradora Judiciária, no uso da palavra, elogiou o relatório ora apresentado, o qual reflete bem a carência de recursos humanos na Comarca, designadamente nos Núcleos da Sertã e Idanha-a-Nova.

Em seguida, o Exmo. Sr. Juiz Presidente sugeriu que se aguarde a realização da próxima reunião para tomada de posição do Conselho Consultivo.

Nada mais havendo a tratar, sendo 12:05 horas, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar se lavrou a presente ata, que após lida e revista, vai ser assinada.

Miguel Mauro Fernandes de Castro
(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Lígia Maria Reis de Moraes e Costa Matos Salbany
(Magistrada do Ministério Público Coordenadora do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa
(Exma. Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)